

A P O G E O

Nº 0 - 1988 Preço:75\$00

Boletim da Associação dos Professores de Geografia

EDITORIAL

Após o Iº Encontro de Professores de Geografia realizado em 1987, tornou-se clara para a Comissão Instaladora a necessidade de manter a ligação entre os futuros associados.

O Apogeo pretende ser um boletim de carácter informativo e de divulgação que leve a todos os professores de Geografia e particularmente a todos os associados as notícias profissionais, pedagógicas e científicas que se apresentem como importantes para o desenvolvimento da Geografia no Ensino.

Deste modo o boletim será composto por três secções:

A - Informação, da qual constarão artigos de carácter bibliográfico (pedagógico, científico ...), profissional (legislação...) e de contactos de interesse prático;

B - Divulgação, da qual constarão artigos, traduções, resenhas, etc., de carácter pedagógico e científico;

C - Experiências de ensino-aprendizagem, da qual constarão relatos de experiências no âmbito do ensino da Geografia, realizadas por associados que as pretendam divulgar, servindo como intercâmbio de informações.

A elaboração das secções A e B será da responsabilidade do corpo redactorial, independentemente da colaboração dos associados enquanto a elaboração da secção C será a resultante directa da colaboração que os associados vierem a prestar.

Faça à actual inexistência dum corpo de redacção, que se espera poder vir a constituir durante o IIº Encontro de Professores de Geografia e da falta de contactos, o boletim terá inicialmente uma periodicidade semestral mantendo o formato apresentado neste número. Seria desejável que a dinâmica dos associados permitisse a criação de uma revista de periodicidade trimestral. Para que se torne possível tal colaboração os associados interessados podem contactar com a Comissão Instaladora.

PROCESSO DE FORMAÇÃO DA A.P.G.

A constituição de uma Associação era um projecto antigo de muitos estudantes e licenciados em Geografia. O relembrar deste projecto por alguns professores presentes numa acção de formação, realizada na ESA, foi o começo de uma nova tentativa para a constituição da Associação.

Em Janeiro de 1987 reuniu-se pela primeira vez o grupo dinamizador do I Encontro Nacional de Professores de Geografia, o qual estabeleceu a Ordem de Trabalhos na qual inseriu a discussão sobre a constituição de uma Associação de Professores de Geografia.

A partir de então foi despoletado o processo: foi necessário pedir autorização de constituição de Pessoa Colectiva ao Ministério da Justiça, elaborar um projecto de Estatutos da Associação (que seria discutido no I Encontro Nacional de professores de Geografia) e, depois, proceder de acordo com a decisão dos professores presentes nesse encontro.

A constituição da Associação foi discutida e aprovada no segundo dia do Encontro, bem como os Estatutos.

Em resultado da vontade expressa pelos professores seguiram-se os trâmites legais para a sua constituição, os quais foram mais demorados do que seria desejável, mas a cuja burocracia não é possível escapar. Assim, a escritura da constituição da Associação realizou-se no dia 19 de Outubro de 1987, tendo sido publicada no Diário da Republica nº262 de 13 de Novembro de 1987. Seguiu-se o Registo definitivo de Pessoa Colectiva e, finalmente, concluiu-se o processo e constituiu-se legalmente a Associação de Professores de Geografia.

Mas, para que ela seja efectivamente uma realidade é absolutamente necessária a contribuição de todos os professores de Geografia: só a sua inscrição como sócios e a sua colaboração activa nos órgãos e acções da Associação a tornarão um organismo vivo, dinâmico e empreendedor, responsável pelo desenvolvimento do ensino da Geografia em Portugal.

Conclusões do I Encontro Nacional de Professores de Geografia

Um dos objectivos do I Encontro Nacional de Professores de geografia, realizado na Escola Secundária da Amadora em 27 e 28 de Abril de 1987, foi a reflexão sobre o papel da Geografia nos Ensinos Unificado e Complementar, pelo que se propôs a discussão dos seguintes pontos:

- O papel da geografia no Ensino;
- A situação da Geografia nos curricula dos Ensinos Unificado e Complementar;
- Os Conteúdos Programáticos.

Os temas foram debatidos em grupos, discutindo-se separadamente a situação da Geografia no Ensino Unificado e no Ensino Complementar. As conclusões foram apresentadas em plenário por cada um dos grupos. Considerou-se, no entanto, que seria vantajoso elaborar um documento síntese de todas as conclusões, o qual seria enviado aos colegas que participaram no Encontro, bem como às Escolas, ao Ministério da Educação e à Comissão de Reestruturação do Sistema Educativo.

As conclusões sobre o papel da Geografia no Ensino Unificado e a sua inserção no respectivo currículo foram as seguintes:

1. Finalidades do Ensino da Geografia

- Possibilitar ao indivíduo a compreensão das relações Homem/Ambiente, desenvolvendo o espírito crítico que permita avaliar essas relações e dotá-lo de meios de intervenção;
- Desenvolver a capacidade de observação e localização e da compreensão da componente espacial dos fenómenos a diferentes escalas.
- Desenvolver a capacidade de analisar as localizações e as distribuições espaciais;
- Adquirir técnicas de trabalho de campo, específicas da Geografia, de tratamento de dados e da sua representação.

2. Inserção nos Currícula

- A maior parte dos grupos (60%) declarou não concordar com a integração do conteúdo da disciplina quer numa área interdisciplinar, quer numa área multidisciplinar;
- Os grupos que declararam concordar com a integração da disciplina mostraram-se nitidamente a favor de uma integração multidisciplinar (75% contra 25%), o que implica a existência de conteúdos unidisciplinares (entre os quais a Geografia) que estudem temas comuns. Os currícula deveriam, então, assentar em temas a ser trabalhados multidisciplinarmente;
- A maior parte dos grupos considerou que a Geografia devia começar a ser leccionada no 7º ano de escolaridade (70%) e que a carga horária semanal da disciplina devia ser de 3 horas, não só no 7º como também nos 8º e 9º anos unificados;

- Os conteúdos a leccionar, considerados fundamentais, foram os seguintes:

- . Conceitos básicos da disciplina;
- . Aplicação dos conceitos básicos a várias escalas de análise: local, nacional, continental e mundial;
- . Perspectiva globalizante do espaço nas suas facetas físicas, humanas, económicas e sociais.

As conclusões sobre o papel da Geografia no Ensino Complementar e sua inserção no curriculum foram as seguintes:

1. Finalidades do Ensino da Geografia

- Aprofundar as finalidades definidas para o Ensino Unificado, tendo em vista os objectivos da área curricular em que o aluno se insere (10º/11º anos);
- Aplicar técnicas de expressão gráfica (10º/11º anos);
- Analisar criticamente a organização do espaço (12º ano);
- Fornecer aos alunos métodos e técnicas de trabalho (recorrendo nomeadamente à utilização de Estatística) que permitam a aplicação dos conceitos adquiridos nos anos anteriores (12º ano);
- Desenvolver nos alunos a capacidade de investigação científica.

As finalidades definidas para o ensino da Geografia nos 10º, 11º e 12º anos apontam, pois, para:

- Uma articulação correcta entre o Ensino Unificado e o Curso Complementar;
- Um maior e melhor domínio de técnicas de trabalho aplicáveis à Geografia;
- Um ensino teoricamente bem fundamentado mas acentuando a sua vertente prática.

2. Inserção nos Currícula

- Os professores consideram que a Geografia deve fazer parte, fundamentalmente, dos currícula das áreas A, C, D e E, tanto no 10º como no 11º anos. Dos professores, 70% consideram que a Geografia deve pertencer:

- . à Formação Específica da área A;
- . à Formação Vocacional das áreas C e D;
- . à área E, como disciplina de opção.

- A maior parte dos grupos (60%) considerou suficiente a carga horária da disciplina nos currícula actuais do 10º e 11º anos (3 horas semanais), enquanto os restantes 40% consideraram necessárias 4 horas semanais

No que concerne ao 12º ano, 45% dos presentes considerou suficiente 3 horas semanais, 45% entendeu que a carga horária actual (4 horas semanais) é suficiente, enquanto os restantes 10% apresentaram como carga horária ideal as 5 horas semanais;

- Os conteúdos a leccionar foram considerados de

forma diferenciada, consoante as áreas de estudo em que os alunos se inserem. Assim:

. Nas áreas científico-naturais, deve haver um estudo integrado dos processos naturais, referindo a sua importância para as actividades do Homem.

. Na área de Estudos Humanísticos, a Geografia deve abordar a análise da organização espacial atendendo à interacção de factores de várias ordens, nomeadamente físicos, económicos e sociais.

. Alguns grupos consideram que devem ser mantidos os actuais temas curriculares mas com maior interligação entre os conteúdos.

. No 12º ano devem permanecer os temas actuais com reforço para a aplicação dos diferentes métodos e técnicas a vários níveis de análise, permitindo uma melhor compreensão dos fenómenos físicos e humanos, realçando os aspectos relacionados com o curso que o aluno frequenta.

Nota 1: Saliencia-se que é opinião geral dos grupos que os temas a leccionar devem estar relacionados com o curso que os alunos frequentam, quer para os 10º/11º anos quer para o 12º ano.

Nota 2: Há quem considere que os temas a ser estudados, quer pelos 10º/11º anos, quer pelo 12º ano, devem ser deixados à escolha da comunidade escolar, de acordo com os seus interesses futuros.

- A aprovação na disciplina de Geografia, no 12º ano, deve ser obrigatória para o ingresso nos seguintes cursos superiores: Geografia, Economia, Arquitectura, Antropologia Cultural, História, Sociologia, Engenharia do Ambiente, Agronomia e Geologia.

A Necessidade de ser Oportuno

Escolhemos uma profissão que nos "obriga", subtilmente, a estarmos na vanguarda e sempre atentos, quer às novas necessidades de cada geração de alunos, quer às transformações mais gerais da sociedade onde todos vivemos. É, talvez, um privilégio, mas pelo que pagamos também um preço elevado. Mas se a escolha foi consciente, não podemos permitir que a mudança nos passe ao lado. Há que conhecê-la e, tomarmos posição.

Assim, e face à "Proposta de Reorganização dos Planos Curriculares dos Ensinos Básico e Secundário", a Comissão Instaladora da A.P.G. considerou necessário reunir os professores de Geografia, no sentido de, juntos, tomarmos uma posição face ao documento e às consequências que a sua implantação terá para a Geografia.

Apesar do grupo de trabalho do referido documento afirmar "que um projecto desta natureza deverá ser amplamente analisado por todos os sectores interessados", não nos foram criadas, por razões conhecidas, oportunidades de promover o II Encontro de Professores de Geografia, numa data anterior à do final da Discussão Pública desta proposta. Julgamos, no entanto, ser ainda útil

e necessário este Encontro, para que de modo consciente e colectivo, se tome uma decisão, que promova a Geografia como conhecimento fundamental à cultura e saber do indivíduo.

Análise da "Proposta de Reorganização dos Planos Curriculares..." feita pela C.I. da A.P.G. e enviada ao Ministério

Depois de uma leitura atenta da "Proposta de Reorganização dos Planos Curriculares dos Ensinos Básico e Secundário" a Associação de Professores de Geografia pretende contribuir para um aprofundar da reflexão sobre a implantação da Reforma Curricular, nomeadamente nos domínios curriculares da competência dos professores de Geografia.

Deste modo, porque os conteúdos programáticos de carácter geográfico podem e devem contribuir para a obtenção de objectivos educativos, tais como os seguintes previstos no documento "Proposta de Reorganização dos Planos Curriculares dos Ensinos Básico e Secundário":

- "mobilizar os cidadãos em torno de valores como a ecologia, o ambiente, a qualidade de vida, o desenvolvimento da paz ou a amizade internacional" (pág.71);

- "identidade nacional (...) e a defesa da democracia e das instituições democráticas" (pág.8);

- "a necessidade de motivar os alunos, de modo a que eles se envolvam no processo Ensino/Aprendizagem" (pág.10);

- "fazer da Escola um centro educativo não isolado do exterior" (pág.15);

- "fomento da compreensão e da cooperação entre os povos para a solução solidária dos problemas mundiais" (pág.16);

- "a aquisição de aptidões básicas que associem os saberes ao saber fazer" (pág.17);

- "responder a exigências do contexto sócio-cultural, isto é, permitir adaptações flexíveis a situações de mudança (social, económica, científica e tecnológica)" (pág.31);

- "áreas de estudo pluridisciplinar no 2º ciclo do ensino básico e por disciplinas ou grupos de disciplinas no 3º ciclo" (pág.38);

- "garantir a aquisição e estruturação de conhecimentos básicos sobre a natureza, a sociedade e a cultura e desenvolver a interpretação e a análise crítica dos fenómenos naturais, sociais e culturais" (pág. 45);

- "incentivar a aquisição de competências para seleccionar, interpretar e organizar a informação" (pág.45);

- "estimular a criação de atitudes que favoreçam a maturidade sócio-afectiva e cívica no plano da intervenção consciente e responsável na realidade circundante" (pág.46);

- "garantir a informação à compreensão do

significado e das implicações do nosso relacionamento com outros espaços sócio-culturais e económicos e suscitar uma atitude responsável, solidária e participativa”(pág.47);

“fomentar a existência de uma consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspectiva de humanismo universalista, de solidariedade e de compreensão internacional”(pág.47).

E porque se pretende desenvolver no jovem, a par de aptidões tecnológicas, características humanistas e culturais que lhe permitam uma inserção na vida activa de acordo com os valores da cultura portuguesa e ainda de acordo com as conclusões do I Encontro Nacional de Professores de Geografia, propomos que:

- *A disciplina de Geografia possua um curriculum individualizado, embora seja integrada nas áreas de Línguas e Estudos Sociais do 2º ciclo do Básico e de Ciências Humanas e Sociais do 3º ciclo do Básico;*

- *A individualização dos conteúdos programáticos de Geografia, embora integrados numa área pluridisciplinar, deve corresponder contudo a uma complementaridade de conhecimentos, de modo, a contribuírem para uma visão global dos temas leccionados nessa área. Esta proposta prende-se com o facto dos professores se encontrarem cientificamente preparados apenas para a leccionação de um tipo de conteúdos (apresentando aí os máximos de rendimento) e de não ser previsível, pelo menos a curto prazo, alterações a esta situação (vide a Reforma aprovada para as Faculdades de Letras- licenciaturas em Ensino de Geografia, História, etc.);*

- *Os programas das disciplinas de Ciências Humanas e Sociais do 3º ciclo do Ensino Básico devem ser organizados por semestres, sendo neste caso leccionados num semestre História e no outro Geografia sendo a ordem de leccionação arbitrária. Neste caso, a área disciplinar era gerida por um grupo composto pelos professores de História e de Geografia, e cuja viabilidade se prende com a estabilidade do corpo docente prevista a partir do ano lectivo de 1988/89;*

- *Aos professores e licenciados em Geografia deve ser conferida habilitação própria para leccionarem a disciplina de História e Geografia de Portugal do 2º ciclo do Básico;*

- *A Geografia, sendo uma disciplina da Terra, deve ser incluída na Formação Específica da área de Estudos Tecnológico-Naturais do Secundário como alternativa à disciplina de Desenho e Geometria Descritiva no 12º ano;*

- *A Geografia é também uma ciência humana, pelo que deve ser incluída na Formação Específica da área de Estudos Humanísticos-variante de Estudos Jurídicos, Históricos e*

Filosóficos-, como alternativa a Latim ou Economia e Sociologia;

- *Os programas de Geografia, a serem elaborados, devem ser submetidos à apreciação da Associação de Professores de Geografia.*

Portugal, Educação de Vocação Internacional, Educação Global ou Educação Planetária

Os problemas mundiais que hoje afectam a vida de qualquer habitante do planeta, só poderão ser resolvidos mediante a solidariedade e cooperação internacionais. A fim de as promover, a Conferência Geral da UNESCO reunida em Paris em 1974, dirigiu aos Estados membros uma " Recomendação sobre a educação para a compreensão, a cooperação e a paz internacionais e sobre a educação relativa aos direitos do Homem e às liberdades fundamentais." (1). Como se trata de desenvolver aspectos, fundamentalmente, do domínio afectivo, não admira que a Recomendação tenha estabelecido, explicitamente, como princípios directores: "... a Educação de Vocação Internacional deverá desenvolver o sentido das responsabilidades sociais e de solidariedade com os grupos sociais menos favorecidos e incitar ao respeito pelo princípio da igualdade no comportamento quotidiano. Deverá também contribuir para o desenvolvimento das qualidades, das aptidões e das competências que permitam ao indivíduo alcançar um conhecimento crítico dos problemas nacionais e internacionais; compreender e enunciar factos, opiniões e ideias; trabalhar em grupo; aceitar a livre discussão e nela participar; observar as regras elementares de procedimento aplicáveis a todos os debates, e fundar os seus juízos de valor e as suas decisões sobre a análise racional dos factos e dos factores pertinentes..."

As implicações curriculares desta Recomendação visam, pois, não só a inclusão de uma escala planetária na abordagem dos problemas mas, e sobretudo, a preparação das novas gerações para a participação e o empenhamento na resolução desses problemas. Trata-se, assim, de uma área particularmente votada à inovação pedagógica como aliás se reconhece no ponto 40 da referida Recomendação: "Cada Estado Membro deverá criar, ou contribuir para criar, na medida das suas necessidades e das suas possibilidades, um ou vários centros de documentação escrita e audio-visual, concebido de acordo com os objectivos da presente Recomendação e adaptação às diversas formas e aos diversos níveis da

(1)- in "O Professor", nº51, Abril, 1983, pp 42-52

educação. Estes centros deverão ser concebidos de forma a promoverem a reforma educação de vocação internacional, especialmente através da elaboração e da difusão de ideias e materiais inovadores e deverão, por outro lado, organizar e facilitar a troca de informação com outros países".

Como me parece existir, actualmente, um reesboço de movimento de inovação pedagógica nas nossas escolas secundárias (e se calhar estou a ser demasiado optimista, sob a influência da experiência piloto da formação contínua de professores!) é talvez altura de responder ao apelo lançado pela UNESCO há já doze anos, implementando as bases para que a Educação Planetária venha a ser uma realidade nas nossas Escolas. Por exemplo, seria desejável, a curto prazo, inventariar todas as instituições que, no nosso País, se dedicam a estas temas de vocação internacional (departamentos universitários, governamentais, institutos partidários, fundações, etc.) e contactá-las no sentido de tornarem acessível, aos professores do ensino secundário eventualmente interessados, a informação de que dispõem.

Por outro lado, o cap. X da Recomendação da UNESCO chama a atenção aos Estados Membros para a necessidade de promoverem a cooperação internacional no próprio campo da Educação de Vocação Internacional: "...Deverão os Estados Membros, por exemplo, organizar ou ajudar as autoridades e as organizações não governamentais competentes a organizar um número crescente de reuniões e sessões de estudo internacionais sobre a educação de vocação internacional... traduzir ou adaptar e difundir a informação e as sugestões provenientes de outros países". Este apelo foi atendido por vários países industrializados e instituições supra-nacionais de que resultaram, por exemplo, a realização de seminários para professores, promovidos pelo Conselho da Europa ou a criação de redes de informação, tanto na Europa como na América do Norte. Debruçar-me-ei, um pouco mais detalhadamente, sobre algumas destas redes.

Em 1982 foi criada uma Rede de Informação sobre a Educação para o Desenvolvimento na Europa - EDECN/RIEDE = European Development Education Curriculum Network/ Réseau d'Information pour l'Education au Développement en Europe - que abrange os países da CEE e que se propõe atingir as seguintes finalidades:

1. Facilitar e estimular a comunicação acerca da Educação para o Desenvolvimento no ensino formal dos países da CEE;
2. Encorajar uma troca permanente de informações entre as instituições que se dedicam a esta área de estudos;
3. Encorajar projectos transnacionais, facilitar a especialização conjunta nesta área, tentando evitar sobreposições e duplicações de esforços;
4. Fortalecer os laços com os educadores para o desenvolvimento da África, Ásia e América Latina e de outras regiões do globo.

E constituída por representantes de diferentes sectores - escolas e universidades, organizações não governamentais, instituições curriculares e ministérios - existindo na maior parte dos países membros, conselhos nacionais que reflectem aqueles sectores, mas que têm sempre, como tarefa prioritária, servir o ensino formal (escolas e universidades). O secretariado da RIEDE localiza-se em Alkmaar, na Holanda e os dois secretários (srs. Zwaga da Holanda e Morgan do Reino Unido) deslocaram-se, em Setembro último, a Barcelona e a Lisboa a fim de estabelecerem contactos que permitissem a presença de representante, dos novos países membros, na Comissão Executiva da organização. O "Newsletter of the EDECN" é publicado quatro vezes por ano e o seu conselho redactorial é composto por um elemento da RFA, outro da Dinamarca e outro da Bélgica. A RIEDE realiza seminários internacionais como por exemplo o que teve lugar em Julho de 1985 em Bellagio, na Itália, sobre "Clarificação conceptual e compreensão internacional" e em que estiveram presentes, além dos participantes dos países membros, observadores dos EUA.

Em Dezembro de 1985 teve lugar, em Berlim, a primeira conferência transcontinental para a Educação de Vocação Internacional em que se propôs o estabelecimento de uma rede transatlântica para intercâmbio de informação, nomeadamente de boletins, de ligações por computador, de investigação científica, de recursos de media e de programas curriculares, bem como a realização de conferências, de seminários e de estudos conjuntos internacionais que incluíssem professores, orientadores, gestores e estudantes. Esta rede apoiar-se-ia nas já existentes - de um e outro lado do Atlântico (Norte) - e cujos centros funcionariam como secretariados regionais: "Global Perspectives in Education" em Nova Iorque, para a América do Norte; "Center for International Studies" em Devon, RU, para a Europa Ocidental; e a "European Akademie" em Berlim, igualmente para a Europa, mas sobretudo para os colegas da Europa de Leste, nomeadamente de Budapeste e de Praga onde se pretende constituir, de futuro, um secretariado. Participaram ainda nesta conferência representantes de outras redes: da ECN = European Curriculum Network (que se dedica ao ensino dos temas europeus nas escolas dos estados membros da CEE) e a NCSS = National Council for Social Studies (que se dedica ao ensino dos Estudos Sociais, nos EUA).

Convidada pela RIEDE (que me contactou, quando procedia à prospecção de possíveis representantes portugueses para a sua Comissão Executiva) assisti em New Paltz, Nova Iorque, de 8 a 12 de Novembro último, à 2ª Conferência anual da Rede Transatlântica que reuniu participantes da Bélgica (1), do Canadá (2), da Dinamarca (4), dos EUA (12), da Holanda (3), da Hungria (2), da Irlanda (1), da Itália (2), da Jugoslávia (1), da RFA (1), do Reino Unido (3), da Suécia (2) e da UNICEF (1). Esta conferência teve três áreas de reflexão distintas: como promover, em termos práticos, a inclusão da Educação Global no curriculum dos diferentes graus de ensino; como estabelecer mecanismos eficazes de funcionamento da rede, sobretudo, atendendo à sua escala; e a que mais

me interessou) que conteúdo curricular deverá ser recomendado. No final ficou decidido que, entre outros, serão objectivos a concretizar

- a criação de um banco de dados que englobe a relação de instituições que, nos diferentes países, se dedicam à Educação Planetária, os materiais curriculares já existentes, depois de comparados e avaliados, bem como a investigação em curso;

- o incentivo à incorporação, em todos os níveis de ensino, das seguintes áreas de estudos possíveis:

os **Estudos sobre a Paz**, por exemplo: violência e agressão; História das mutações sociais; segurança nacional/internacional; corrida aos armamentos- causas e consequências; dissuasão e “détente”; tensões internacionais; negociações sobre o desarmamento; obstáculos à paz; soluções de conflitos; interdependência internacional; efeitos da guerra nuclear; prevenção da guerra;

as **Relações Leste-Oeste**, por exemplo: a aliança da II Guerra Mundial; a Guerra Fria; a corrida aos armamentos; comércio e intercâmbio; confrontação e coexistência; efeitos sobre o Terceiro Mundo; política de “détente”; defesa e segurança; negociações sobre o desarmamento; sistemas de pacto a OTAN e o Pacto de Varsóvia; a conferência de Helsínquia; a integração europeia (em sentido lato, não de CEE);

as **Relações Norte-Sul**, por exemplo: os efeitos do colonialismo; o crescimento demográfico; causas da fome; infra-estruturas económicas; analfabetismo; guerras civis entre tribos africanas e entre grupos religiosos; Terceiro e Quarto Mundos; Cooperação com o Terceiro Mundo; instabilidade política; comércio desigual; o sistema da ONU; adequação de tecnologia; os **Direitos Humanos**, por exemplo: direitos básicos; discriminação; racismo e sexismo; tortura e terrorismo; minorias; trabalhadores migrantes; refugiados, a família da ONU; o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem; solidariedade internacional; os direitos da criança;

o **Ambiente** (à escala internacional), por exemplo: efeitos da industrialização; urbanização/aglomeração; recursos energéticos; exploração de terrenos agrícolas e florestais; dispensabilidade das fronteiras nacionais; centrais nucleares; radioactividade; poluição atmosférica e aquática; protecção da Natureza; acordos internacionais sobre o ambiente (ONU, Conselho da Europa, CEE); responsabilidade em relação ao futuro.

A fim de permitir a participação de outras nações, nomeadamente o Japão que demonstrara interesse nesse sentido, foi alterado por maioria, o nome da organização, passando a designar-se por Rede Internacional para a Educação Global.

Salvo um ou outro tema da Relações Norte-Sul e muitos do Ambiente (mas abordados, sobretudo, numa perspectiva regional ou nacional) é nítida a discrepância entre os temas propostos naquela conferência e os que se incluem nos programas vigentes do Ensino Secundário. Mas existe um grande interesse por aqueles temas, patente por exemplo, na criação do Movimento dos Professores para a Paz que promove os concursos “Educação para a Paz, Educação para a Vida” ou na realização de experiências pedagógicas sobre os Direitos Humanos. E, por outro lado, a maior parte dos objectivos gerais dos programas de Geografia do Ensino Unificado identificam-se com muitas das finalidades da Educação de Vocação Internacional recomendadas pela UNESCO, pelo que me parece viável, a curto e médio prazo, o alargamento - em diversidade temática e em escolas abrangidas - das experiências pedagógicas por ora restritas. Sendo assim e tendo igualmente presente a integração de Portugal, a curto prazo, na RIEDE, parece-me urgente que procuremos responder, desde já, a algumas questões:

- Como designar o conjunto daquelas áreas de estudo? A designação “Educação de Vocação Internacional” parece-me demasiado longa, pouco prática, a não ser que se usem apenas as iniciais: EVI; “Educação Global”, a que mais se aproxima do Inglês, mas que nem sempre se associa à escala mundial, mas antes a uma educação total, integral do indivíduo; “Educação Planetária” soa bem?
- Quantas experiências pedagógicas têm sido realizadas em Portugal que possam ser consideradas como respondendo à Recomendação da UNESCO? Como e onde têm sido realizadas? Quais os resultados obtidos? Com que dificuldades depararam?
- Que centros de documentação (escrita, audiovisual e electrónica) existem no País que respondam aos objectivos da Recomendação da UNESCO? Como se lhes tem acesso? Quais as suas limitações?
- O que tem sido produzido, ao nível do ensino superior, acerca dos temas em questão, bem como sobre o seu ensino?

Como creio que é através de um boletim deste tipo - que tem como objectivo a troca de experiências e de informações entre professores - que se pode “conversar à distância” sobre temas pedagógicos, fico a aguardar a vossa resposta.

Isabel Amorim Costa

prof. efec. 11ªA, Oliveira d’Azeméis

comunicação ao I Encontro Nacional de Professores de Geografia

A Geografia nos *curricula* das Escolas Secundárias Britânicas

Breve evolução histórica

A Geografia já era ensinada em numerosas Escolas Secundárias Britânicas na segunda metade do séc. XIX, mas o conteúdo da disciplina era constituído essencialmente por informação factual que os alunos deviam memorizar. Isto levava a que a disciplina não fosse considerada apropriada para promover o desenvolvimento mental dos alunos e deste modo excluída dos *curricula* das escolas privadas de maior prestígio.

Para o desenvolvimento do ensino da Geografia teve uma contribuição importante a criação, em 1887, duma cátedra de Geografia em Oxford, devido à influência da Real Sociedade de Geografia. A instituição do ensino da disciplina a nível superior veio permitir dar uma formação científica adequada aos professores de Geografia do Secundário.

A Associação de Geografia foi fundada em 1893, o que mostra a difusão do ensino da disciplina nas Escolas Secundárias.

O desenvolvimento do ensino da disciplina foi muito importante no período entre as duas Guerras Mundiais e James Fairgrieve, o mais notável dos geógrafos que se dedicaram à formação de professores durante aquele período, preconizava o emprego do método indutivo “partir do conhecido para o desconhecido, do particular para o geral, do concreto para o abstracto” e realçava a importância do trabalho de campo, do estudo de casos e da utilização de mapas, fotografias e filmes, fontes de observação indirecta.

No período pós-segunda Guerra Mundial continuou a desenvolver-se o ensino da disciplina o que pode ser posto em evidência não só pelo número crescente de candidatos que se apresentavam a exame da disciplina, quer a nível geral GCE O-level e CSE (a partir de 1965), quer a nível elevado GCE A-level; mas também pelo aumento do número de manuais e de outros livros, assim como de diapositivos, filmes, transparências, fichas de trabalho, etc., existentes no mercado e destinados ao ensino da Geografia a nível Secundário, quer ainda pelo incremento do número de centros de trabalho de campo utilizados pelas escolas.

Nos anos 50 a aprendizagem da Geografia nas escolas continuava a consistir em grande parte na memorização de factos físicos e humanos apresentados num quadro regional, mas nos anos 60 foi evidente a preocupação de substituir a simples memorização de informação por uma compreensão das relações que se estabelecem entre os fenómenos físicos e humanos em diferentes lugares da superfície da Terra e deu-se, portanto, importância crescente ao estudo de casos, à

utilização de meios audio-visuais, às visitas de estudo e ao trabalho de campo.

A partir de meados dos anos 70, não sem oposição, a “Nova Geografia” foi sendo progressivamente adoptada nas Escolas Secundárias Britânicas e deste modo os alunos foram familiarizados com uma Geografia mais abstracta, mais teórica, dando grande importância à utilização de métodos quantitativos e onde o trabalho de campo deve conduzir a testar uma hipótese, um modelo e não à elaboração de um estudo de carácter monográfico. Para a introdução das novas ideias nas escolas contribuíram de forma decisiva os professores recém-formados em Universidades onde a “Nova Geografia” já tinha adquirido um lugar preponderante, a publicação de livros destinados ao Ensino Secundário onde as novas ideias estavam presentes e a disseminação de dois projectos de desenvolvimento curricular em Geografia, um destinado a alunos de aproveitamento médio ou acima da média e de idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos (Geography 14-18 Project) e outro destinado a alunos com aproveitamento abaixo da média e que, devido à elevação da idade de escolaridade obrigatória de 15 para 16 anos, eram compelidos a manterem-se mais um ano na escola (Geography for the Young School Leaver Project- GYSL).

Este último projecto procurava despertar o interesse dos jovens pelas realidades e problemas do Mundo actual. Os três principais temas aí abordados, e para os quais foram elaborados materiais de natureza variada, foram os seguintes: Homem, Terra e Tempos Livres; Cidades e População; População, Lugares e Trabalho.

Situação Actual

A quase totalidade das escolas secundárias públicas da Inglaterra e do País de Gales, são actualmente “Comprehensive Schools”, frequentadas por alunos com diferentes níveis de capacidades (1).

A preparação para os exames do nível geral (GCE O-level e CSE) faz-se geralmente em cinco anos seguidos por dois ou três anos para preparação dos exames do nível superior (GCE A-level ou outros). O curriculum dos dois ou três primeiros (11 a 13 ou 14 anos) anos do Ensino Secundário tem vindo a ser progressivamente organizado de tal maneira que a Geografia pode estar incluída num estudo interdisciplinar, a maior parte das vezes designado por “Humanidades” e que compreende igualmente a História, o Inglês, a Educação Cívica, e mesmo, por vezes, a Educação Religiosa; ou pode igualmente fazer parte de outros estudos também interdisciplinares, designados por “Ciências Sociais”, “Estudos Mundiais”, “Estudos Europeus”, “Estudos Urbanos”, “Ciências do Ambiente”, etc..

A integração da Geografia em estudos de carácter interdisciplinar é objecto de controvérsias e muitos geógrafos temem que devido à falta de formação em Geografia de grande número de professores que leccionam aqueles estudos, a disciplina seja quase totalmente ignorada ou que os conceitos básicos e os

métodos próprios da disciplina não sejam ensinados de uma forma adequada.

Nos restantes anos do Ensino Secundário geral ou avançado a Geografia é frequentemente uma disciplina opcional, sendo no entanto escolhida por uma grande percentagem de alunos.

Um grande debate acerca da Educação, a nível nacional, iniciado em 1976, veio pôr em evidência a intenção de organizar os curricula das Escolas Secundárias, de tal forma que seja dada aos jovens uma formação adaptada a uma economia em crise.

Que contribuição poderá dar a Geografia para essa formação? A Associação de Geografia, preocupada com o lugar da disciplina nos curricula das Escolas Primárias e Secundárias (a nível do curso geral), publicou vários documentos em que tenta pôr em relevo e divulgar as contribuições específicas da Geografia para a formação dos jovens que necessitam conhecer o Mundo em que vivem, as suas realidades e os seus problemas para que possam contribuir para a sua resolução e tomar decisões conscientes relativamente ao Ambiente.

Mais uma vez os geógrafos foram portanto alertados para a conveniência de adaptar o seu ensino às necessidades dos seus alunos, futuros cidadãos conscientes e intervenientes na resolução dos problemas sociais e ambientais a nível local, regional, nacional e internacional.

Isto levou a que as novas correntes da Geografia-Humanística, do Bem-Estar e Radical fossem introduzidas na escola e se desse grande importância à Educação Ambiental.

Foi portanto reconhecida a importância do domínio afectivo, a necessidade de analisar as atitudes e valores que levam às tomadas de decisão conducentes à resolução de problemas sociais e ambientais.

A nível do curso avançado essa tendência é também evidente e o projecto de desenvolvimento curricular destinado a alunos de 16 a 19 anos (Geography 16-19 Project), que tem vindo a ser disseminado nos anos 80, evidencia uma preocupação de pôr em relevo as relações do Homem com o Ambiente e sugere que as unidades de ensino deveriam ser elaboradas a três escalas: local, regional e global.

Na Grã-Bretanha a renovação do ensino é acompanhada por uma introdução da nova tecnologia nas aulas de Geografia: computadores, vídeo interactivo, imagem de satélite, etc..

Apesar dos problemas que se põem relativamente ao lugar da Geografia nos curricula das Escolas Secundárias na Grã-Bretanha, o ensino da disciplina é dinâmico e a sua renovação no que diz respeito a objectivos, conteúdos, métodos, técnicas e avaliação é em grande parte fruto da investigação no domínio da Educação feita nas Universidades, nos Institutos onde se efectua a formação de professores e nas Escolas.

Notas:

(1)- No anterior sistema os alunos eram sujeitos, na idade de 11 anos, a um exame de selecção e orientados para três diferentes tipos de escolas de acordo com os resultados obtidos: Grammar Schools, Secondary Modern Schools e Technical Schools.

Maria Manuela C.M.D.A.Ferreira

Departamento de Geografia e Planeamento Regional
Universidade Nova de Lisboa

Comunicação ao I Encontro Nacional de Professores de Geografia

O Nº 1 do APOGEO, referente ao 1º semestre de 1988, sairá em Junho próximo